

Maria das Graças Vieira Quadro¹
Nome da orientadora: Maria Aparecida Lima dos Santos

RESUMO

Este artigo consiste em uma pesquisa documental sobre a implementação das Leis 10639/03 e 11.645/08 se atendo ao recorte temporal de 2008 a 2019, em estudos de pós-graduações. Ambas as leis trazem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e são considerados importantes conquistas civis para a população negra e indígena brasileira, além de serem instrumentos de reparação parcial do passado de escravidão, domínio e exclusão social, política, cultural e histórica. O objetivo principal deste trabalho é compreender os impactos da implementação dessas leis em várias áreas atingidas por elas (ambiente escolar, formação de professores, combate ao racismo e formação do aluno enquanto cidadãos) através das análises dos trabalhos acadêmicos e dos resultados obtidos pelos autores escolhidos. Outro objetivo importante é como e o quanto têm sido desenvolvidas as pesquisas acadêmicas em relação a esse tema nas academias (Universidades) e como a ampliação desses estudos e pesquisas podem refletir positivamente na sociedade e nas salas de aula. Iniciaremos uma introdução com um pequeno panorama histórico para compreensão da importância das leis 10639/03 e 11.645/08. Depois entenderemos os passos desta pesquisa documental escolha de textos, coleta de dados e fichamentos dos conteúdos dos textos. No desenvolvimento compreenderemos os principais conceitos e resultados obtidos através das análises de Dissertações e Teses. Nas considerações finais haverá o fechamento dos temas e a compreensão da importância social e cultural da atualidade de se investir em pesquisas sobre as leis e na implementação dessas leis.

Palavras-chaves: Lei 10639/2003, Lei 11.645/08, Implementação, Pesquisa acadêmica.

¹GRADUADA em Geografia pelo Centro Universitário de Minas Gerais – UNILESTE/MG
E-mail do autor: gracageo.grafia37@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o racismo tem ocupado lugar de destaque na sociedade pela repercussão das notícias que estão a toda hora sendo veiculada pelas mídias e redes sociais, mostrando o aumento crescente da violência dentro do ambiente escolar, violência relacionada principalmente ao racismo e as pessoas que são consideradas diferentes, chamando a atenção para o surgimento de leis (10.639/03 e a 11.645/08) que possam coibir essa prática no ambiente escolar.

Entretanto, essa questão se torna emergencial quando nos referimos à prevenção e atuação de forma eficaz, e possibilidades de ajuda a uma sociedade que cresce tão rápido em todos os sentidos e junto com ela as várias formas de preconceitos (GOMES, 2003).

A lei 10.639/03 e a 11.645/08 tornam obrigatório o ensino da cultura e história africana e afro-brasileira e se estende ao ensino da cultura e história dos povos indígenas do Brasil. A promulgação dessas leis foi de extrema importância, pois além de proporcionar através do conhecimento o fim da ignorância histórica e cultural que oportuniza o surgimento do racismo em qualquer ambiente, mas principalmente na escola, possibilita a mudança na convivência do ambiente escolar e também oportuniza uma forte possível mudança de mentalidade das gerações futuras que poderão estar praticando a efetiva cidadania daqui a alguns anos.

Embora a promulgação dessas leis tenha simbolizado uma grande conquista social do Movimento Negro Brasileiro e dos povos indígenas do Brasil leituras, estatísticas e pesquisas de autores renomados no assunto assumem que ainda há um longo caminho em termos de eficácia na implementação dessas leis visto que os resultados escolares e sociais esperados não são colhidos ainda pela sociedade brasileira.

O período, denominado de pós-escravidão, não poupou nenhum daqueles que foram tornados “livres”. Homens e mulheres foram jogados à própria sorte. [...] As reivindicações foram transformadas em políticas promotoras da igualdade racial, ou política de ação afirmativa. [...] Neste cenário, é apresentada a Lei 10.639/03 que propõe a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro brasileira em toda a rede de ensino brasileira, como um dos mecanismos de valorização de uma cultura, combate ao racismo e à discriminação e negação de direitos, sofrida pelo povo negro (RAMOS, 2015, p.50).

Portanto percebe-se que diante do dito acima houve um movimento natural (ainda tímido) dentro das unidades de pesquisa educacional das universidades buscando entender como tem se dado à implementação atual da lei 10639/03 e 11.645/08, quais os resultados, o que ainda falta se ter como efeito dessas leis, quais os motivos que tem dificultado a implementação efetiva dessas leis e o que deve ser feito ou mudado para se obter os resultados escolares, pedagógicos e sociais esperados.

Realizaremos um levantamento de informações sobre avaliações e análises que têm sido realizadas por estudos e pesquisas acadêmicos a respeito da implementação da lei 10.639/2003 nas escolas, objetivando sistematizar alguns aspectos relacionados à implementação da mesma em estudos de pós-graduação.

Buscando compreender os impactos da obrigatoriedade do ensino da cultura e história africana e afro-brasileira nas salas de aula, na convivência escolar e na sociedade em geral e de que forma essas pesquisas analisam o impacto dessas leis nas salas de aula atuais, assim como na sociedade como um todo.

Consideramos importante realizar esse arrazoado, pois ainda são poucos os estudos que constituem mapeamentos do que tem sido estudado a respeito da implementação da lei 10.639/03, uma vez que,

Os índices de preconceitos nas escolas contra professores e alunos são altíssimos, então essa questão se torna emergencial quando nos referimos à prevenção e atuação de forma eficaz, e possibilidades de ajuda a uma sociedade que cresce tão rápido em todos os sentidos e junto com ela as várias formas preconceitos (GOMES, 2003).

Utilizaremos a metodologia de pesquisa documental, com análise de conteúdo nos moldes propostos por Silva e outros (2009).

A lei 10.639/03 e a 11.645/08 que tornam obrigatório o ensino da cultura e história africana e afro-brasileira e se estende ao ensino da cultura e história dos povos indígenas do Brasil. A promulgação dessas leis foi de extrema importância, pois além de proporcionar através do conhecimento o fim da ignorância histórica e cultural que oportuniza o surgimento do racismo em qualquer ambiente, mas principalmente na escola, possibilita a mudança na convivência do ambiente escolar

e também oportuniza uma forte possível mudança de mentalidade das gerações futuras que poderão estar praticando a efetiva cidadania daqui a alguns anos.

Esse trabalho procura analisar de forma breve algumas teses e dissertações que trazem amplas pesquisas documentais e de campo sobre a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08. Procuramos observar e entender através da análise dessas pesquisas o impacto dessas leis nas salas de aula atuais, nas formações continuadas dos professores e também na sociedade brasileira atual, se atendo as escolas citadas nas teses e dissertações escolhidas.

Ao trazer à tona a necessidade de discussão e revisão desses temas, as políticas de ações afirmativas colocaram no centro dos debates a implementação do estudo dos temas sobre história e cultura da África, afro-brasileira e indígena na educação básica (CEREZER, 2015, p.22).

Estudos e pesquisa têm apontado essas leis como reparadora dos danos históricos causados à população negra e indígena. No entanto, têm destacado também a baixa eficácia das mesmas na prática docente em decorrência da falta de políticas públicas voltadas exclusivamente para essa finalidade. As investigações apontam também que a ineficácia é proveniente tanto no que se refere à formação de professores, quanto à disponibilidade de materiais didáticos adequados aos propósitos que fundamentam essas leis. Desta forma, a partir desse estudo, pretendemos **RESPONDER ÀS SEGUINTE QUESTÕES:**

- Quais os impactos dessas leis e como tem se dado a implementação das leis 10639/03 e 11.645/08 nas escolas e polos de formações continuadas das Teses e Dissertações escolhidas para serem analisadas neste artigo?
- Quais os desafios a serem vencidos para fins de uma implementação eficaz dessas leis? Consideramos importante realizar esse arrazoado, pois ainda são poucos os estudos que constituem mapeamentos do que tem sido estudado a respeito da implementação da lei 10.639/03.

É necessário entender em que níveis de avanço estamos em termos de implementação das Leis 10639/03 e 11.645/08 para que saibamos quais os desafios

enfrentados até aqui e assim possa haver uma contribuição eficaz para avanços e transposição de obstáculos ainda presentes. Além do que, muitas mudanças positivas já foram conquistadas a partir da promulgação das Leis acima citadas e pretende-se, através deste trabalho compreender, esses impactos.

Realizamos um levantamento de estudos e pesquisas acadêmicos que têm analisado a implementação da lei 10.639/2003 nas escolas. Nosso objetivo foi o de sistematizar alguns aspectos relacionados à implementação da lei 10.639/2003 elencados por estudos de pós-graduação. Buscando compreender os impactos da obrigatoriedade do ensino da cultura e história africana e afro-brasileira nas salas de aula, na convivência escolar e na sociedade em geral e de que forma essas pesquisas analisam o impacto dessas leis nas salas de aula atuais, assim como na sociedade como um todo.

Neste artigo faremos uma breve explanação sobre os impactos da promulgação e implementação da lei 10639/03 na escola e os principais desafios para um resultado mais efetivo, já que essa lei assim como a lei 11.645/08 são uma grande conquista educacional e social. Buscou-se fazer esse artigo através da análise de Teses e Dissertações (previamente escolhidas) que apresentam pesquisas documentais e de campo sobre essas leis e seus efeitos na escola.

- O artigo apresenta inicialmente uma breve introdução apresentando uma pequena progressão de acontecimentos para fins de se compreender a realização deste artigo.
- Na sequência apresentar-se-á a metodologia usada para a realização e coleta de dados deste artigo apresentando os passos das análises de cada trabalho lido e escolhido. Logo após desenvolve-se a argumentação sobre os impactos dessas leis nas salas de aula e sobre a importância de se pesquisar e entender como essas leis tem sido implementadas.
- Por fim, o trabalho será concluído com as principais impressões extraídas da análise de Teses e Dissertações, trazendo uma breve e final reflexão sobre os impactos das leis 10639/03 e 11.645/08 na escola ou na sala de aula.

Realizaremos então um levantamento de informações sobre avaliações e análises que têm sido realizadas por estudos e pesquisas acadêmicos a respeito da implementação da lei 10.639/2003 nas escolas, objetivando sistematizar alguns aspectos relacionados à implementação da mesma em estudos de pós-graduação.

2. CAMINHOS DA PESQUISA

2.1 – Histórico das Leis:

O Brasil (país colonizado para exploração de Portugal) foi protagonista de uma triste história de cerca de 400 anos de uso de mão de obra escrava indígena e africana. Os povos africanos trazidos para trabalharem como escravos foram oprimidos e obrigados a aceitar uma nova cultura. Esses povos tiveram suas culturas de origem e seus nomes arrancados de si, além de separação de pessoas da mesma etnia e até mesmo de suas famílias. Esse quadro ocasionou uma grande perda de alguns aspectos relacionados diretamente a nossa ancestralidade africana e ao mesmo tempo, possibilitou a reinvenção cultural produzindo assim uma nova cultura que pode ser classificada como afro-brasileira.

Os africanos escravizados foram brutalmente tornados criaturas a compor o patrimônio dos proprietários de terras, cujos cultivos e produções dependiam da força braçal escrava, graças à qual se garantiu, por mais de três séculos, as produções de lavoura cafeeira, açucareira e o setor mineral [...] No século XVII, a grande necessidade de mão de obra passaria a ser no Estado do Maranhão especificamente na produção de algodão [...] o destino dos escravizados foi no Rio de Janeiro e São Paulo onde impulsionaram a produção da indústria cafeeira, fazendo deste o principal produto de mercado do Brasil, na época [...] Os mecanismos de branqueamento do brasileiro foram legalmente institucionalizados (RAMOS, 2015, p.36, 39, 40 e 44).

Após o fim da escravidão os “ex-escravos” e seus descendentes passaram por uma fase de abandono social e político, além do silenciamento e exclusão fortemente enraizada na estrutura da sociedade brasileira através do racismo velado e quase cordial. Passamos pelo período da política do embranquecimento que trouxe muitas marcas sociais e culturais para o país e sua população negra sobrevivente. Somente a partir do século XX movimentos sociais como o movimento negro (influenciados por lutas pelos direitos civis internacionais) iniciaram batalhas

em busca de melhores condições de vida para essa parcela da população tão negligenciada, políticas públicas que atendam às necessidades específicas dessa população e uma legislação que vá de encontro com essas mesmas necessidades.

A lei 10639/03 é mais um fruto de lutas do movimento negro no Brasil. A promulgação dessa lei se apresenta como grandioso avanço social, cultural e principalmente educacional. Esse avanço pode ser uma ferramenta muito eficaz contra racismo, já que seus esforços são voltados para a educação básica que tem papel primordial na formação de cidadãos.

2.2–Pesquisa Documental

Para o presente trabalho foi utilizado à metodologia de Pesquisa Documental de SILVA, 2009 segue abaixo trechos do documento que fundamentaram a pesquisa em questão:

A pesquisa documental, enquanto método de investigação da realidade social, não traz uma única concepção filosófica de pesquisa, pode ser utilizada tanto nas abordagens de natureza positivista como também naquelas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico. [...] a pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social. [...] (SILVA, 2009, p. 4456 e 4557)

A fase da coleta de dados foi recomendada por Silva et al (2009).

A coleta de documentos apresenta-se como importante fase da pesquisa documental, exigindo do pesquisador alguns cuidados e procedimentos técnicos acerca da aproximação do local onde se pretende realizar a “garimpagem” das fontes que lhes pareçam relevantes a sua investigação. [...] Configura-se como fase de grande relevância no método da pesquisa documental, pois nessa etapa os documentos são estudados e analisados de forma minuciosa. O pesquisador descreve e interpreta o conteúdo das mensagens, buscando dar respostas à problemática que motivou a pesquisa e, assim, corrobora com a produção de conhecimento teórico relevante” (SILVA, 2009, pg. 4558 e 4559).

Para realização do presente trabalho selecionamos 9 (nove) teses e dissertações disponíveis na plataforma CAPES, com questões referentes à

implementação da Lei 10639/03, conforme constam nas tabelas abaixo. Após a escolha dessas teses e dissertações, fizemos uma leitura de forma minuciosa de cada texto e através das leituras, foram realizados os fichamentos e as coleta de dados. Para realização dessa pesquisa, utilizaremos 6 (seis) das pesquisas selecionadas, tomando como instrumentos 5 (cinco) dissertações e 1 (uma) tese.

Silva informa que, na segunda etapa, devemos categorizar.

A segunda fase do trabalho investigativo foi o de procedimento da análise do corpus dos documentos recolhidos no intuito de identificar um fio condutor para desenvolver a análise das representações e o seu processo de constituição (SILVA, 2009, p. 4563).

Após a fase de coleta de dados e da sistematização dos achados da pesquisa foi feito uma análise e um cruzamento das metodologias, assuntos e resultados de 6 teses e dissertações. Depois para dar prosseguimento a esta análise 4 pesquisas foram escolhidas cujos resultados e métodos mais chamaram atenção ao longo dos processos dessa pesquisa documental.

2.3 – Análise de Dados e Metodologias:

2.3.1 - Para fins de compreensão da metodologia segue abaixo uma tabela com os textos usados para a análise documental:

ARRUDA, Rosana Fátima de. MOTIVAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: PARADIGMAS E DESAFIOS EM UMA ESCOLA DE CUIABÁ-MT'. 2014
BARROSO, Lidiana da Cruz Pereira. CURRÍCULO, DIVERSIDADE CULTURAL E SUAS IMPLICAÇÕES A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES: UM ESTUDO EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM PORTO VELHO (RONDÔNIA)' 2016
CEREZER, Osvaldo Mariotto. DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA: IMPLEMENTAÇÃO E IMPACTOS NA FORMAÇÃO, SABERES E PRÁTICAS DE PROFESSORES DE HISTÓRIA INICIANTE (MATO GROSSO, BRASIL) 2015
GONCALVES, Vanda Lúcia Sá. O NEPRE E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO ESTADO DE MATO GROSSO. CUIABÁ/MT: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

EDUCAÇÃO, 2015
LEITE, Joao Henrique Fernandes LEI 10.639/03 EM TEMPOS DE AVALIAÇÃO: “CAI NA PROVA?” 2016
MARCHI, Sandra Aparecida POR UM ENSINO DE VÁRIAS CORES: FORMAÇÃO DE PROFESSORES À LUZ DA HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA. 2016
OLIVEIRA, Renildes de Jesus Silva DOCENTES EVANGÉLICOS E O ENSINO DAS CULTURAS AFRICANAS AFROBRASILEIRAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS, 2018.
RAMOS, Analia Cristina Pereira. A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA BAIXADA SANTISTA: DEZ ANOS APÓS A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LEI 10.639/03 2015
SOUZA, Janyne Barbosa de. ENTRE O DISCURSO OFICIAL E O DISCURSO PEDAGÓGICO: DESAFIOS E CAMINHOS CONSTRUÍDOS, NO CONTEXTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JEQUIÉ, NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA LEI 10.639/03'. 2015.

2.3.2 - Segue abaixo os cruzamentos de dados de alguns textos com temas próximos selecionados previamente, os dados cruzados são a metodologia, os achados das pesquisas e as principais semelhanças e diferenças:

GONCALVES, Vanda Lúcia Sá. O NEPRE E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO ESTADO DE MATO GROSSO. CUIABÁ/MT: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 2015.

No que se referem aos objetivos, dois trabalhos debruçam-se a questão da lei 10.639/03, com o objetivo analisar implementação Lei 10.639/03 no Estado de Mato Grosso através dos programas da SECAD/MEC no período de 2009 a 2011 (Gonçalves, 2015, p. 7).

Sua metodologia

Os dados utilizados para análise nesta pesquisa avaliativa foram obtidos através de análise qualitativa dos: (a) Relatório de finais dos cursos; (b) depoimento da coordenação do NEPRE (c) do questionário online (GONÇALVES, 2015, p.7).

Como principais achados elencamos de seus trabalhos os pontos referentes à:

Constatou-se que os programas elaborados pela SECAD para implementação da Lei n.º 10.639/03 no estado do Mato Grosso tem uma capacidade limitada, por um lado, pela falta de recursos financeiros e, por outro, pela não resolução do problema da falta de formação inicial generalizada. Esse é problema que não pode ser sanado sem que seja repensado o modelo de formação vigente em nossa sociedade e sem maiores investimentos em suas bases estruturais (GONÇALVES, 2015, p.7).

RAMOS, Analia Cristina Pereira. A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA BAIXADA SANTISTA: DEZ ANOS APÓS A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LEI 10.639/03

Ainda referente à análise da implementação da lei 10.639 temos Ramos (2015) da Lei Federal 10.639/03, nas escolas estaduais da Região da Baixada Santista, após dez anos de institucionalização da Lei 10639 (RAMOS, 2015, p.7).

Sua Metodologia

O processo de pesquisa qualitativa envolveu análise bibliográfica e documental, aplicação de: pesquisa-ação, questionários semiestruturados via internet, realização de entrevistas e análise de experiência pedagógica (RAMOS, 2015, p. 7).

Como principais achados elencamos de seus trabalhos os pontos referentes à:

Os dados empíricos analisados evidenciaram que não obstante algumas experiências exitosas, os professores, em sua maioria, consideram que obtiveram pouca ou quase nenhuma informação a respeito da lei e dos conteúdos que ela implica, nestes dez anos (RAMOS, 2015, p. 7).

Quais são as principais semelhanças?

Os dois trabalhos tratam da implementação da Lei 10639/03 nas escolas públicas, analisando como essa lei tem sido implementada e quais os efeitos dessa lei para o corpo docente, discente e comunidade escolar, quais os desafios a serem transpostos para uma implementação eficaz.

Quais são as principais diferenças?

A principal diferença é que o trabalho de Gonçalves é uma Tese e o trabalho de Ramos trata-se de uma dissertação.

Gonçalves apresenta a implementação da Lei em programas governamentais de formação continuada no Estado de Mato Grosso e Ramos trabalha a implementação da Lei em Escolas da Baixada Santista.

OLIVEIRA, Renildes de Jesus Silva. DOCENTES EVANGÉLICOS E O ENSINO DAS CULTURAS AFRICANAS AFRO-BRASILEIRAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Referente a aplicação da Lei 10639/2003 ao conteúdo trabalhado em sala de aula por professores evangélicos temos Oliveira (2018).

[...] a pesquisa teve como objetivo identificar os principais discursos articulados por docentes evangélicos sobre o ensino da história, culturas afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas. Mediante análise descritiva e fundamentado numa perspectiva pós-estruturalista, esse trabalho foi realizado a partir de um diálogo com alguns conceitos da Análise do Discurso Francesa, interpretada à luz da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe [...] (OLIVEIRA, 2018, p. 7).

Sua Metodologia

Mediante análise descritiva e fundamentado numa perspectiva pós-estruturalista, esse trabalho foi realizado a partir de um diálogo com alguns conceitos da Análise do Discurso Francesa, interpretada à luz da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe. Os sujeitos da pesquisa constituíram-se de 08 docentes evangélicos de várias tradições religiosas, atuantes em escolas públicas do Grande Recife. A coleta de dados fez-se através de entrevistas semiestruturadas (OLIVEIRA, 2018, p. 7).

Como principais achados elencamos de seus trabalhos os pontos referentes à:

Os resultados apontam para discursos de legitimação do ensino das culturas de matriz africana baseados em princípios como valorização e respeito. Os docentes estabelecem dicotomia entre religião e cultura como estratégia principal para não inserir a religião no âmbito das abordagens desses conteúdos. Porém, há certa visibilidade da religião nas abordagens de alguns docentes (OLIVEIRA, 2018, p. 7).

LEITE, Joao Henrique Fernandes. LEI 10.639/03 EM TEMPOS DE AVALIAÇÃO: “CAI NA PROVA?”

O texto de Leite (2016) faz uma análise do método de avaliação do Ensino Médio da Rede Estadual do Rio de Janeiro e como a lei 10639/03 é inclusa e abordada.

Diante da determinação da Lei 10.639/2003, esta dissertação tem como principal objetivo analisar a presença da História e da Cultura Afro-Brasileira (e Africana) nas avaliações externas aplicadas às escolas de Ensino Médio Regular da rede estadual do Rio de Janeiro, bem como suas repercussões na prática docente (LEITE, 2016, p. 5).

Sua Metodologia

[...] optei por fazer um estudo de caso por conveniência prática, haja vista o curto tempo imposto pelo curso de mestrado para a efetivação desta pesquisa. Um outro recorte que se fez necessário foi em relação ao segmento estudado: me ative apenas ao Ensino Médio regular, em razão de a maioria das escolas estaduais no município do Rio de Janeiro serem voltadas para essa modalidade de ensino, principalmente na DRM VI (LEITE, 2016, p 17).

Como principais achados elencamos de seus trabalhos os pontos referentes à:

Os achados da pesquisa mostram não apenas a presença da temática nos documentos, mas também um rendimento relativamente baixo dos alunos da rede nas questões das avaliações externas que abordam História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Verificou-se que a Lei 10.639/03 é trabalhada de maneira inadequada e limitada na rede estadual de ensino, por diferentes motivações. Desse modo, sugere-se uma formação inicial e continuada de qualidade para os educadores da rede, com o objetivo de que eles garantam o cumprimento e a efetividade da lei no futuro (LEITE, 2016, p.5).

Quais são as principais semelhanças?

As duas são dissertações e as duas trabalham a implementação da Lei 10639/03 na sala de aula de escolas regulares. Ambas investigam se a Lei tem sido abordada no dia a dia escolar e como tem sido feita essa abordagem e relatam os principais resultados.

Quais são as principais diferenças?

LEITE (2018) faz uma análise das avaliações aplicadas no ensino Médio Estadual do Rio de Janeiro e de como a história e Cultura Afro-brasileira são abordadas nas avaliações e os tipos de avaliações usadas nesse tema e OLIVEIRA (2018) faz uma pesquisa em escolas que tem professores evangélicos e observa como esse grupo de docentes trabalhava a cultura e história afro-brasileira.

SOUZA, Janyne Barbosa de. ENTRE O DISCURSO OFICIAL E O DISCURSO PEDAGÓGICO: DESAFIOS E CAMINHOS CONSTRUÍDOS, NO CONTEXTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JEQUIÉ, NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA LEI 10.639/03'

SOUZA (2015) faz uma análise da diferença do discurso oficial para o discurso pedagógico e as questões de Currículo.

A investigação centrou-se na seguinte questão orientadora: quais os desafios e caminhos construídos, no contexto da rede municipal de ensino de Jequié, no processo de implantação da Lei 10.639/03? Desta forma, buscamos compreender desafios e caminhos construídos, no contexto da rede municipal de ensino de Jequié, no processo de implantação da Lei 10.639/03 (SOUZA, 2015, p. 8).

Sua Metodologia

A pesquisa desenvolvida caracterizou-se como um estudo de caso, de natureza qualitativa. A identificação dos indícios da recontextualização do discurso oficial e pedagógico, observada no contexto desse trabalho, deu-se mediante a utilização da entrevista semiestruturada e da análise de documentos. Para análise e sistematização dos dados, tomamos como referência os pressupostos dos estudos da teoria do Discurso Pedagógico, considerando como foco de investigação três níveis: a produção, a recontextualização e a transmissão do discurso sobre as relações etnicorraciais (SOUZA, 2015, p. 8).

Como principais achados elencamos de seus trabalhos os pontos referentes à:

O estudo identificou a existência de um elo de influências entre os campos recontextualizadores (Oficial e Pedagógico) na proposta de implantação da Lei 10.639/03, no município de Jequié. O discurso sobre as relações etnicorraciais, produzido nas formações, não tem favorecido a sua

recontextualização com vistas à (re) traduções no contexto das salas de aula na educação básica. A dinâmica de movimentação do discurso e seu lugar de origem geram uma transformação ideológica. Assim, racismo e as práticas racistas funcionam como verdadeira tecnologia, que vai estruturando a vida social. Inferimos que o processo de implantação da referida Lei configura para o município um caminho de conquista para inserção da temática das relações etnicorraciais, ao mesmo tempo em que apresenta desafios para materialização no cotidiano escolar (SOUZA, 2015, p. 8).

BARROSO, Lidiana da Cruz Pereira. CURRÍCULO, DIVERSIDADE CULTURAL E SUAS IMPLICAÇÕES A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES: UM ESTUDO EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM PORTO VELHO (RONDÔNIA)'

BARROSO (2016) trabalha em sua pesquisa questões de currículo, diversidade cultura e pratica pedagógica relacionada à Lei 10639/03, no ensino fundamental de PORTO Velho (RO).

Este estudo teve como objetivo inicial analisar os meios pelos quais a diversidade cultural está presente no currículo da escola Básica nos anos iniciais do Ensino Fundamental e quais as implicações para a prática pedagógica docente (BARROSO, 2016, p. 196).

Sua Metodologia

A metodologia aplicada para a execução da pesquisa, colaborou para a delineação dos caminhos percorridos, a fim de alcance dos resultados da problemática e dos objetivos. Essa pesquisa é do tipo descritiva, com abordagem qualitativa na análise de sua problemática, com procedimentos bibliográficos, análise documental e dos dados coletados no campo escolar (BARROSO, 2016, p. 17).

Como principais achados elencamos de seus trabalhos os pontos referentes à:

Conclui-se que os currículos das escolas pesquisadas, e as práticas pedagógicas dos professores, implicam a necessidade de fortalecer ações que contemplem integralmente a demanda da diversidade cultural no ensino. A formação docente é o ponto crucial para as transformações das práticas pedagógicas, porém, o professor consciente do multiculturalismo no entorno social da escola, mesmo com lacunas em sua formação inicial e no currículo escolar, poderá refletir em sua prática a fim de potencializar o desenvolvimento de seus alunos com ações que visem à consciência crítica, contra a discriminação, as diferenças, e o preconceito social (BARROSO, 2016, p. 7)

Quais são as principais semelhanças?

Ambos os trabalhos fazem uma análise de como a História e Cultura Afro-brasileira tem sido abordadas nas escolas e na sala de aula e como o Currículo pode influenciar no processo ensino-aprendizagem.

Quais são as principais diferenças?

BARROSO (2016) analisa a prática pedagógica nas escolas estaduais de Porto Velho (RO) e como temas relacionados à diversidade cultural e a Lei 10639/03 tem sido trabalhada e sala de aula e SOUSA (2015) analisou as implicações do currículo e a diferença entre o discurso oficial e o pedagógico.

2.3.3 - Abaixo segue as quatro (04) pesquisas escolhidas para se destacar o processo e os resultados advindos da implementação das Leis 10630/2003 e 11645/2008.

RAMOS, Anália Cristina Pereira. A Educação para as Relações Étnico-Raciais na Formação Continuada dos Professores da Baixada Santista: Dez Anos após a Institucionalização da Lei 10.639/03. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo Faculdade de Humanidades e Direito Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

De acordo com a leitura de Ramos (2015) pode-se entender o ambiente escolar como um lugar social de grandes e positivas mudanças que contribuem para a formação de cidadão e trabalhadores, sendo instrumento eficaz para alavancar os níveis culturais e sociais do alunado. A Lei entende que a escola seja espaço por excelência de superação de qualquer tipo de desigualdade e construção de cidadania (RAMOS, 2015, p.28)

A comunidade afro-brasileira durante muito tempo teve na educação e na historiografia sua contribuição social e cultural totalmente silenciada pelos principais autores, historiadores, pesquisadores e órgãos públicos. As políticas públicas e legislações que surgiram nos últimos 20 anos tem contribuídos para transformações

dessa realidade e a lei 10639/03 traz a obrigatoriedade de se abordar temas relacionados a cultura e história afro-brasileiro na sala de aula de forma regular em todos os seguimentos da escola. Essa iniciativa pode contribuir para o maior conhecimento dessa cultura e história e o combate ao racismo.

Neste cenário, é apresentada a Lei 10.639/03 que propõe a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro brasileira em toda a rede de ensino brasileira, como um dos mecanismos de valorização de uma cultura, combate ao racismo e à discriminação e negação de direitos, sofrida pelo povo negro (RAMOS, 2015, p.50)

A colonização deixou inúmeros resquícios na nossa cultura e um deles é o eurocentrismo que permeia as relações sociais e culturais. Por isso a Lei 10639/03 vem como um mecanismo para se combater o eurocentrismo ainda tão presente no Brasil e coloca em foco a existência e a importância cultural, social e econômica do povo africano e afrodescendente.

A obrigatoriedade do ensino da História da África, além de ser um direito de todos, é significativo para desmistificar determinadas artimanhas também no pensamento racial brasileiro onde o colonizador para se manter no poder [...] (RAMOS, 2015, p. 68)

De acordo com as leituras feitas até aqui pode-se perceber mudanças na legislação e na educação do Brasil. Percebe-se ainda que há um longo caminho a percorrer se analisarmos os resultados das pesquisas, só com as novas legislações houve avanços significativos em direção a uma educação que contemple o multiculturalismo. Como disse RAMOS (2015, p. 73), “o campo da educação vem abarcando essas questões de forma progressiva e, somente a partir da última década é que expressa, com maior definição, as preocupações multiculturais”.

Através das leituras entende-se que um dos obstáculos a ser transposto para uma implementação eficaz da Lei 10639/03 é trabalhar com os professores, muitos desses profissionais alegam não ter conhecimento sobre o tema proposto pela lei por falta de vivência ou até mesmo de formação, portanto Ramos(2015) defende a abordagem do tema em formações continuadas voltadas para o corpo docente.

A formação continuada propiciará momentos de reflexão ao docente, levando-o a quebrar o mito da democracia racial que ainda perdura,

suscitando a reformulação de conceitos e certezas que precisavam ser desmontadas, conforme frisou Demartini (2005) (RAMOS, 2015, p.76)

Através das formações atuais das licenciaturas das universidades e das formações continuadas o professor pode estender seu conhecimento sobre o tema fugindo assim dos discursos de senso comum e do eurocentrismo tão utilizado ainda em algumas abordagens históricas e de cultura diária.

[...] professor é “convidado”, diante do que está posto, a renovar seus conhecimentos e a mudar de paradigma em prol de um ensino que ao contrário de antes, não privilegie somente a cultura eurocêntrica (RAMOS, 2015, p.105).

GONCALVES, Vanda Lúcia Sá. O NEPRE e a Implementação da lei 10.639/03 no estado de Mato Grosso. Cuiabá/MT: Universidade Federal de Mato Grosso Instituto de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

O Brasil tem recebido influência externa e também influenciado em uma conversão de valores, muito do que não era discutido (por ser tabu) agora está sendo colocado em pauta para a sociedade. As leis e ações governamentais tem procurado seguir esse mesmo caminho.

Atualmente as ações sociais não tem sido direcionadas apenas para retornos financeiros, mas também para melhorar a vida das pessoas, de acordo com as leituras podemos perceber esse movimento, embora ainda haja um longo caminho.

Nas últimas décadas têm ocorrido significativas sinalizações promovidas por um movimento transnacional em direção a [...] a atributos que não são apenas econômicos e tecnológicos colocando a diversidade no centro do debate de organizações e organismos internacionais que propuseram uma nova relação da temática com os programas de desenvolvimento (MOISES, 2002 p.).

As desigualdades sociais existem e segregam pessoas a uma posição subalterna dependendo de sua origem ou aparência, no Brasil as estatísticas mostram o quanto o racismo e excludente em vários segmentos, dentre eles o acesso a educação de qualidade e ao emprego. Diante dessas circunstâncias entende-se que o Estado precisa entrar com políticas públicas a fim de minimizar o máximo possível as desigualdades sociais e econômicas ocasionadas pelo racismo e outras mazelas sociais.

Por meio da intervenção do Estado nas desigualdades sociais advindas do mercado de trabalho, a política social é efetivada como ferramenta de gestão na consolidação dos direitos sociais como direitos universais (GONÇALVES, 2015, p. 23).

Na pesquisa feita por Gonçalves (2015) podemos ver que os cursos de formação continuada para docentes de escolas públicas pautados na lei 10639/03 tem surtido resultados para a forma e o conteúdo abordado em sala de aula, mas é um trabalho lento e com resultados também muito lentos.

Conforme podemos observar pelos dados dos cursos de formação continuada, os conteúdos pertinentes à implementação da Lei n.º 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para implementação da Educação das Relações Raciais estão se consolidando no Estado de Mato Grosso, ainda que de forma lenta (GONÇALVES, 2015, p. 111).

LEITE, João Henrique Fernandes. Lei 10.639/03 em Tempos de Avaliação: “Cai na Prova?”. Universidade Federal Fluminense Faculdade de Educação Programa de Pós-graduação em Educação Mestrado: Niterói, Janeiro/2016.

A escola em muitas ocasiões trata a cultura afro de forma alegórica ou até mesmo exótica e distante da nossa realidade, como se essa cultura fizesse parte do passado ou da fantasia. Essa postura é extremamente prejudicial para o entendimento e aprendizado do aluno em relação a construção da cultura e história do Brasil atual. A história negra brasileira é de suma importância para as relações sociais e culturais do Brasil do passado e do presente.

A lei 10639/03 é uma grande vitória para a comunidade afro-brasileira, pois é uma ferramenta forte de combate a ignorância cultural e ao racismo que vem junto com o eurocentrismo que só exalta a cultura e história europeia e deixa de lado as demais culturas. De acordo com GONÇALVES (2015, p. 22), “a luta do movimento negro e de outros agentes para a superação do racismo e para a valorização da cultura afro-brasileira na educação, por meio da conquista da Lei 10.639/2003”.

As pesquisas das universidades mostram o quanto a escola brasileira e as políticas educacionais podem ser excludentes e discriminatórias com relação as questões do negro brasileiro.

Segundo Nilma Lino Gomes (2011), as pesquisas acadêmicas realizadas em diversas universidades brasileiras revelavam que a educação e as políticas educacionais contribuíam para a desigualdade racial no país.

Através dos resultados das avaliações externas feitas pelo Brasil a partir de 1980 influenciaram na elaboração de várias ações governamentais voltadas para o campo educacional a fim de minimizar desigualdades sociais e raciais. “Efetivamente, desde os anos 1980, as avaliações externas começaram a ser recorrentes para determinar as políticas educacionais do Brasil” (GONÇALVES, 2015, p. 32).

A sistema avaliativo das escolas no Brasil é questionado e discutido amplamente nas universidades. De acordo como os resultados dessas pesquisas esse sistema avaliativo tem inúmeros pontos questionáveis que são passíveis de modificações futuras de acordo com os resultados e propostas advindas de pesquisas acadêmicas.

Embora haja alguns argumentos a favor dessas políticas de avaliação, diversas pesquisas apontam uma série de críticas aos sistemas de avaliação adotados tanto pelo governo federal quanto pelos estados e municípios (GONÇALVES, 2015, p. 36).

O currículo é uma ferramenta de suma importância para o trabalho nas escolas, pois sem ele o professor não tem um norte para seguir e nem noção de continuidade, mas o currículo antes da lei 10639/03 não contemplava a cultura e história afro-brasileira. A partir da promulgação da lei o currículo teve que sofrer alterações significativas em prol de acolher o que determina a Lei.

A partir da Lei 10.639/2003 – que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira – foi necessário, então, que as escolas fizessem uma revisão curricular” (GONÇALVES, 2015, p. 49).

Nas pesquisas lidas percebe-se ainda muita dificuldade por parte de alguns professores em aborda os temas propostos pela Lei 10639/03 em sala de aula, os profissionais alegam falta de conhecimento, falta de formação e de material adequado para se trabalhar em sala de aula. Esse fator é um agravante para erros

na implementação da lei. “Essa deficiência pode desestimular o professor a trabalhar esse tema ou até mesmo levá-lo a promover práticas de ensino equivocadas em relação ao que propõe a lei” (GONÇALVES, 2015, p. 120).

OLIVEIRA, Renildes de Jesus Silva de. “O que é de Deus e o que não é de Deus:” Docentes Evangélicos e o Ensino das Culturas Africanas Afro-brasileiras nas Escolas Públicas. Recife: Universidade Federal de Pernambuco Centro de Educação: Programa de Pós-Graduação em Educação Curso de Mestrado, 2018.

Muitos professores ao trabalhar em sala de aula os temas relacionados a cultura e história afro-brasileira abordam de forma exótica, superficial e distante da realidade do alunado quase como algo folclórico. “Além da redução da diferença à diversidade, o essencialismo e o exotismo cultural figuram como lógicas mediante as quais os docentes lidam com as demandas previstas na Lei nº 10.639/2003” (OLIVEIRA, 2018, p. 7).

No momento de abordar a história e cultura afro-brasileira muitos docentes mostram uma postura de intolerância e resistência principalmente no momento de se falar da religião de matriz afro (que sofre preconceito até hoje). “Apesar de algumas mudanças na percepção das culturas de matriz africana, o problema da intolerância está, muitas vezes, presente no comportamento de vários docentes” (OLIVEIRA, 2018, p. 15).

Os principais autores que trabalham questões culturais defendem que as sociedades atuais caminham cada vez mais em direção ao multiculturalismo e esse caminhar segue junto com a tolerância, a empatia, a aceitação do outro.

Um grande contingente de teóricos ligados ao estudo dos fenômenos culturais, admite como inegável o caráter multicultural de grande parte das sociedades atuais onde coexistem culturas de variados matizes (OLIVEIRA, 2018, p. 28)

As pesquisas mostram que parte da população brasileira nega veementemente a existência de racismo no Brasil e essa afirmação mostra que há um problema escondido e pode ser maior do que se imagina.

Tem sido registrado que no Brasil o racismo é muitas vezes negado, o que indica a Predominância. A promulgação da lei 10639/03 é uma ação de muita importância para se combater o racismo no Brasil, pois ela torna obrigatório o ensino da cultura e história afro brasileira. Ainda, de conformidade com a Lei nº 10.639/2003, o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira torna-se obrigatório nas escolas (OLIVEIRA, 2018, p. 40 e 50).

A religiosidade evangélica manifesta no território brasileiro tem uma simpatia pela cultura europeia e admitiu durante muitos anos um antagonismo com relação às religiões de matriz africana. A polarização religiosa traz transtornos nas relações sociais e é extremamente excludente, desrespeitosa e discriminadora.

Atualmente, nota-se que os evangélicos têm aberto a mente para as questões relacionadas à história e cultura afro-brasileira demonstrando mais respeito e cuidado ao tratar dessa vertente cultural. “Em tempos recentes tem havido mudanças, ainda que tímidas, na maneira como muitos adeptos desse segmento religioso encaram as culturas de matriz africana” (OLIVEIRA, 2018, p. 90).

No Brasil houve um fenômeno onde o racismo não era admitido publicamente e nas relações sociais era velado. Dessa forma, trabalhava-se para anular sorrateiramente todos aqueles que estavam fora do padrão cultural europeu. “Nessas circunstâncias, o racismo e os conflitos étnico-raciais foram camuflados, implicando em impedimentos para a visibilidade de identidades em suas diferenças e especificidades (OLIVEIRA, 2018, p. 68).

Neste trabalho foram analisadas várias pesquisas e investigação dos principais autores que se utilizaram dos documentos escolares e da legislação vigente e uma observação da prática de sala de aula. Parte das investigações seguiu o caminho da abordagem qualitativa sociológica que acolhe as falas dos atores investigados e dá a elas a relevância cabível.

Ao longo das leituras percebeu-se que existe a necessidade de investir em várias áreas para o desenvolvimento das práticas em sala de aula voltadas para a temática da lei 10639/03. A lei ocasionou várias mudanças e trouxe modificações positivas em termos de formação profissional, mas ainda falta um longo caminho, de acordo com a pesquisadora, para refletir em sala de aula. A falta da história Afro-brasileira nas formações iniciais dos professores dificulta a compreensão desses profissionais em relação às variadas questões que envolvem o ser negro no Brasil. Assim:

O tratamento pedagógico em superação aos preconceitos deve ser uma preocupação constante e comum a todos os membros que compõem a este espaço escolar de ensino e cada vez mais a escola tem o papel fundamental nesse contexto, já que é um espaço no qual os estudantes passam boa parte do seu tempo, e que, de certa forma, essas crianças irão representar à sociedade futura (MUNANGA, 2004).

Percebe-se que muitos obstáculos são colocados pelo próprio corpo docente como a falta de conhecimento, de formação ou até mesmo diferenças religiosas. Na pesquisa de Oliveira (2018) a maioria dos professores evangélicos entrevistados parte do princípio do valor e do respeito devido a essas culturas para justificar sua abordagem, mas alegam não incluírem questões religiosas por conta de suas crenças.

Os conceitos religiosos têm sofrido alterações e passado por um processo de novas formas de religiosidade praticadas ultimamente (GOMES, 2003). Percebe-se que os professores mostraram abertura e disposição para trabalhar em sala de aula os temas relacionados à história e cultura afro-brasileira.

É necessário o investimento em qualificação dos docentes por meio de formações continuadas. A lei 10639/03 foi criada como uma resposta as reivindicações do movimento negro brasileiro, portanto é uma conquista social. A pesquisa constatou que existe proximidade nos temas abordados no Currículo Mínimo, avaliações e matrizes em relação ao tema da lei. O sistema aplica para o corpo docente duas avaliações próximas e ligadas para fins de alcançar as metas curriculares.

As problemáticas encontradas são os vários desafios sociais, de conhecimento e falta de recursos para a aplicação da lei 10639/03, fora a resistência do corpo docente encontrados em muitos ambientes escolares. Como a pesquisa foi itinerante, a metodologia teve que estar aberta a coleta de dados não só oficiais, mas também os dados empíricos apresentados ao longo da pesquisa nas escolas investigadas. Para esse fim foi necessário o uso de uma metodologia específica.

A Lei 10639/03 traz a possibilidade de mudança de bases racistas na sociedade de Jequié, mas muitas barreiras para a efetivação desses novos conceitos na sociedade ainda precisam ser transpostas. Infelizmente pensamentos equivocados e racistas ainda fazem parte do ideário local e se apresentam com muita força dentro da sociedade e falta ainda uma estrutura e um processo de aplicação da lei eficaz para a mudança desses ideários populares que acabam chegando até o ambiente escolar.

Kabengele Munanga, em uma de suas obras, traz a reflexão sobre as tradições africanas e sobre o estigma que pairou sobre os negros desde a escravidão que perdura até os dias atuais. Para Munanga (2005) o racismo é a pior forma de discriminação, porque o discriminado nunca poderá mudar suas características raciais que a natureza lhe deu.

Formações continuadas para o corpo docente, acompanhamento dos projetos colocados em prática nas escolas, realização e incentivo para atividades culturais nas temáticas defendidas pela lei, orientações das ações pedagógicas para esse fim e investimento em materiais para voltados para a temática do ensino da história e da cultura Afro-brasileira. Ao analisar a postura do corpo docente nos ambientes escolares, percebeu-se um conflito entre aquilo que deve ser propagado e abordado na escola sob a orientação da lei 10639/03 (que exige uma busca de conhecimento mais aprofundado e um rompimento com o ideário popular permeado de racismo) e aquilo que é de conhecimento comum e popular (racista), que muitas vezes ainda faz parte do pensamento do corpo docente (não desconstruído ainda). A dificuldade de trabalhar a cultura afro-brasileira por parte do corpo docente vem da falta de conhecimento desses profissionais que na maioria das vezes tem pouco acesso ao entendimento das especificidades (religião, linguística, culinária, músicas, etc...). E

essa deficiência é proveniente de suas formações acadêmicas que não proporcionam um contato com essa cultura.

A Lei federal 10.639/03 que propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e Africana, afirma que os professores devem evidenciar a cultura afro-brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária e dança) e as religiões de matrizes africanas (GOMES, 2003).

A pesquisa consiste em uma análise dos dados coletados e o levantamento dos conceitos sociais associados ao resultado da pesquisa de campo. A coleta de dados feita através das entrevistas e visitas as escolas trouxe resultados inovadores para o caminho teórico usado na pesquisa.

Analisando o currículo e as práticas em sala de aula a pesquisa mostrou a necessidade de se incentivar e fortalecer as bases do conhecimento em relação a esses novos temas introduzidos através da legislação atual. E isso contribui para o desenvolvimento do aluno enquanto cidadão do futuro. As escolas abraçam as diretrizes nacionais e a base curricular em todo o Brasil, mas as questões de diversidade se atentam para as questões regionais.

De acordo com apud et al (SANTOMÉ, 1995, p.159) “Uma das finalidades fundamentais de toda intervenção curricular é a de preparar os/as alunos/as para serem cidadãos/ãs ativos/as e críticos/as, membros solidários e democráticos de uma sociedade solidária e democrática”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo uma breve análise dos resultados e metodologias de Teses e Dissertações que buscam investigar através de pesquisas documentais e de campo a implementação da lei 10639/03 e 11.645/08 nas escolas

e na formação de professores, tendo como principal finalidade entender o impacto que a implementação das leis citadas acima tem dito nas escolas e na sala de aula:

- Entretanto, percebe-se que a lei tem sido largamente cumprida, mas apresentam inúmeros obstáculos para a implementação eficaz, mesmo com as dificuldades tem produzido mudanças sim no ambiente escolar e contribuído para mudança de mentalidade da comunidade escolar.
- Infere-se ainda, que os núcleos de pesquisa educacional das universidades têm tornado o tema da implementação da lei alvo de discussões, a fim de contribuir para o aperfeiçoamento de sua prática e resultados.

Assim, a pesquisa permitiu-se que realizasse uma reflexão sobre as Leis 10.639/03 e 11.645/08, e ainda, o impacto que as mesmas trouxeram para a prática pedagógica. Impacto esse que possa fazer com que diminua as questões de racismo dentro do ambiente escolar e que haja uma aceitação maior pela pelas diferenças etnicorraciais.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rosana Fatima de. **Motivação e Educação para as Relações Étnico - Raciais: Paradigmas e Desafios em uma Escola de Cuiabá-MT'**. Cuiabá/Universidade Federal de Mato Grosso: Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Instituto de Educação e Biblioteca Central / IE / UFMT, 20/05/2014.

BARROSO, Lidiana da Cruz Pereira. **Currículo, Diversidade Cultural e suas Implicações a Prática Pedagógica de Professores: um Estudo em Escolas Públicas Municipais do Ensino Fundamental em Porto Velho (Rondônia)**. Porto Velho/Rondônia: Universidade Federal de Rondônia – Unir - Núcleo de Ciências Humanas Departamento em Ciências da Educação Mestrado Acadêmico em Educação, 2016.

CEREZER, Osvaldo Mariotto. **Diretrizes Curriculares para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena: Implementação e Impactos na Formação,**

Saberes e Práticas de Professores de História Iniciais (Mato Grosso, Brasil). Uberlândia/MG: Universidade Federal de Uberlândia Faculdade de Educação Programa de Pós-graduação Doutorado em Educação, 2015.

GOMES, Nilma Lino. **Práticas pedagógicas e questão racial: o tratamento é igual para todos/as?** Belo Horizonte: Formato, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GONCALVES, Vanda Lúcia Sá. **O NEPRE e a Implementação da lei 10.639/03 no estado de Mato Grosso. Cuiabá/MT:** Universidade Federal de Mato Grosso Instituto de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

LEITE, João Henrique Fernandes. **Lei 10.639/03 em Tempos de Avaliação: “Cai na Prova?”.** Universidade Federal Fluminense Faculdade de Educação Programa de Pós-graduação em Educação Mestrado: Niterói, Janeiro/2016.

MARCHI, Sandra Aparecida. **Por um Ensino de Várias Cores: Formação de Professores à Luz da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Santa Maria - RS: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Mestrado Profissional em Ensino de História, agosto/2016.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Fundamental, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Niterói: EDUFF, 2004.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Melo. **A Resistência Negra: das revoltas ao movimento negro contemporâneo.** In. MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.* Niterói: EDUFF, 2004.

OLIVEIRA, Renildes de Jesus Silva de. **“O que é de Deus e o que não é de Deus:”** Docentes Evangélicos e o Ensino das Culturas Africanas Afro-brasileiras nas Escolas Públicas. Recife: Universidade Federal de Pernambuco Centro de Educação: Programa de Pós-Graduação em Educação Curso de Mestrado, 2018.

RAMOS, Anália Cristina Pereira. **A Educação para as Relações Étnico-Raciais na Formação Continuada dos Professores da Baixada Santista: Dez Anos após a Institucionalização da Lei 10.639/03.** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo Faculdade de Humanidades e Direito Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo. DAMACENO, Ana Daniella. MARTINS, Maria da Conceição Rodrigues; SOBRAL, Karine Martins– UECE; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **PESQUISA DOCUMENTAL: ALTERNATIVA INVESTIGATIVA NA FORMAÇÃO DOCENTE.** Eixo Temático: Formação de Professores e Profissionalização Docente Agência Financiadora: Não contou com financiamento. 26 a 29 de outubro de 2009. PUCPR.

SOUZA, Janyne Barbosa de. **Entre o Discurso Oficial e o Discurso Pedagógico: desafios e caminhos construídos, no contexto da rede municipal de ensino de Jequié, no processo de implantação da Lei 10.639/03.** Vitória da Conquista/BA: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Programa de Pós-graduação em Educação – PPGED Mestrado em Educação: 2015.

Site:

<https://producoeseconhecimentos.files.wordpress.com/2015/02/santomc3a9-j-t-culturas-negadas-e-silenciadas-no-curr3adculo-in.pdf>. Acessado em 29/08/2019.